

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 16/01/2014 - Edição 971

Assaltantes levam mais de R\$ 1 milhão de carro-forte na BR- 407



Após o assalto, veículo da empresa Prosegur foi incendiado
Foto: Odomy Amorim/ cortesia

Mais de 10 pessoas em três veículos cercaram um carro-forte na BR- 407, próximo ao Povoado de Pau Ferro, distrito de Petrolina, no Sertão de Pernambuco. O assalto aconteceu na noite desta quarta-feira (15). Os assaltantes levaram cerca de R\$ 1 milhão, segundo a Polícia Civil de Petrolina.

De acordo com a polícia, um dos carros ultrapassou o carro-forte, e ladrões atiraram contra o veículo. Com os tiros, o carro-forte teve que parar, pois o motorista foi atingido na mão. Os vigilantes conseguiram fugir. Com um maçarico, os assaltantes arrombaram o cofre do carro-forte e levaram o dinheiro. O

veículo de segurança foi incendiado e permaneceu no local.

Um carro da Polícia Militar alcançou dois dos veículos que estavam sendo utilizados pelos assaltantes, mas como os ladrões possuíam muita munição, atiraram contra os policiais e fugiram pela estrada de Afrânio-PE. Munições de fuzil calibre 7,62 e ponto 50 foram recolhidas pela polícia.

Fonte: G1



Assalto aconteceu na noite desta quarta-feira (16)(Foto: Paulo Ricardo Sobral/TV Grande Rio)

Conflicto en Prosegur podría afectar reposición de dinero en cajeros

Los trabajadores de Prosegur afiliados a Fucyys (Federación Uruguaya de Empleados de Comercio y Servicios) incrementaron las medidas y desde este miércoles bloquean la salida de los camiones transportadores de caudales lo que implica que pueda verse alterada la reposición de dinero en los cajeros automáticos, según informó el

dirigente gremial, Gustavo Riso, a Subrayado.

Prosegur cuenta con más del 60% del transporte de valores.

En los primeros días de enero, el dirigente del sindicato de empleados del comercio (Fucyys), Gustavo Riso, había señalado a El País que fueron comunicados por parte de la empresa de que ya había firmado un nuevo

acuerdo con AEBU que prorrogaba la vigencia del convenio hasta febrero.

“No estamos de acuerdo con esa prórroga. No se nos informó sobre la misma y consideramos que se trata de una rebaja salarial porque los trabajadores deberán enfrentar los aumentos de ahora con sus antiguos salarios”, afirmó Riso.

Fonte: El País Uruguay

Centrais farão ato unificado no dia 9 de abril e cobrarão audiência com Dilma



Na primeira reunião de 2014, a CUT e as demais centrais sindicais decidiram realizar um ato unificado no próximo dia 9 de abril. Ainda sem local e horário definidos, a mobilização tratará da pauta que foi entregue em 2013 à presidenta Dilma Rousseff e não avançou.

Na agenda estão reivindicações como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, o fim do fator previdenciário e a regulamentação da negociação com os servidores públicos.

As centrais também cobrarão uma audiência com a presidenta até o final do mês para discutir os temas que a classe trabalhadora não abre mão de ver avançar.

“Essa reunião reafirmou a unidade da classe trabalhadora e que, independente das eleições, iremos manter a pressão e a mobilização para que as propostas que começamos a discutir em 2013 tenham um desdobramento”, afirmou o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre.

De acordo com o dirigente, o momento é propício para os trabalhadores apresentarem uma avaliação sobre a conjuntura e colocar na mesa as expectativas em relação ao próximo governo.

“Temos preocupação com a política econômica e industrial: não concordamos com o aumento de juros, não concordamos que o Brasil faça o inverso dos países mais desenvolvidos, importando

produtos de alta tecnologia e exportando manufaturados. Porque esse cenário compromete o nosso desenvolvimento. Queremos ainda que a reforma agrária ande, que o governo tome medidas para combater a rotatividade e não aceitaremos retrocessos na política de valorização do salário mínimo”, pontuou.

Em relação às eleições deste ano, afirmou Nobre, as centrais construirão uma agenda unitária para entregar aos candidatos, independente de quais apoiarem.

Copa, ditadura e intervenção do Ministério Público

O secretário de Administração e Finanças da CUT, Quintino Severo, falou sobre o anteprojeto de lei para Contrato de Trabalho de Curta Duração costurado entre o governo e os empresários.

Com o argumento de suprir as demandas para os grandes eventos como a Copa do Mundo, o modelo permitiria ao empregador contratar por até 14 dias num mês e 60 dias num ano, sem necessidade de assinar a carteira de trabalho. A medida apresentada pelo governo em reunião do Conselho de Relações do Trabalho nesta terça-feira (14) foi rechaçada pelas centrais, que irão apresentar uma contraproposta.

“Hávamos acordado com os empresários e o governo, na mesa de diálogo tripartite para construção do Compromisso Nacional do Turismo, que vem debatendo as condições de

trabalho para o período de grandes eventos, que não haveria precarização. O que nos surpreendeu foi a apresentação dessa proposta, a partir da articulação entre empresários e governo federal, que é contraditória ao que foi negociado. Somos contra, inclusive, porque remete a mudanças na CLT e cria mais um modelo de contratação no Brasil para ampliar a precarização. Poderemos ter um trabalhador por semana durante vários meses, sem que tenha registro na carteira”, criticou.

Para o diretor Executivo da CUT, Júlio Turra, as centrais devem estar atentas para defender os direitos dos trabalhadores, especialmente nesta reta final das obras. “Tivemos casos de trabalhadores que morreram e, como em alguns estados a construção está atrasada, vão acelerar o processo e podemos ter mais problemas. Às centrais compete reivindicar os trabalhadores e não aceitar que a Copa deixa um legado negativo”, falou.

Turra também lembrou que em 2014 o Brasil relembra os 50 anos do golpe militar de 1964 e tratou da importância de as centrais estarem unidas na Comissão da Verdade para cobrar justiça e reparação aos trabalhadores perseguidos, torturados e assassinados pela ditadura. “Temos que promover manifestações públicas para marcar este ano”, sugeriu.

A reunião definiu ainda a criação de um grupo de trabalho para discutir a ingerência do Ministério Público no funcionamento das entidades sindicais, desde a forma de sustentação até as eleições. A expectativa é que os trabalhos comecem na próxima semana e definam um documento para apresentar ao Poder Judiciário.

Fonte: Conrat-CUT e CUT Nacional

É preciso ampliar a agenda e a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras

Por **Jacy Afonso de Melo***



Jacy Afonso de Melo é Secretário de Organização e Política Sindical da CUT

A CUT e as demais centrais sindicais reúnem-se nesta quarta-feira, dia 15 de janeiro, com um grande desafio: definir efetivamente estratégias e ações, num ano cheio de obstáculos, para que produza conquistas e avanços em relação à pauta da classe trabalhadora. No meu entender uma verdadeira campanha nacional unificada.

Há duas questões a serem superadas. A primeira será estabelecer uma agenda que vá além das interlocuções e manifestações apenas em torno do governo federal, mas que seja ampla, prevendo e envolvendo nas negociações outras esferas do poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), e o setor patronal. A

segunda questão será construir, acima de tudo, um movimento forte de caráter sindical, capaz de aglutinar as lutas da classe trabalhadora, sem se deixar influenciar e prejudicar pela disputa e divisão políticas em ano de eleições. Mais do que nunca as entidades sindicais precisarão sindicatizar, unificando os trabalhadores, independentemente de tendências político-partidárias e dos interesses eleitorais, em torno das lutas essenciais pela melhoria das condições de trabalho e salário, na cidade e no campo, no serviço público e na empresa privada.

O calendário de eventos de 2014 é especialmente um dificultador de unificação de mobilizações sindicais.

A Copa do Mundo no Brasil transformará a nação em torcida de futebol no segundo trimestre, concentrando as atenções gerais em torno da seleção brasileira e diluindo temporariamente outras atividades. O movimento sindical, entretanto, não pode se descuidar. Além de cobrar condições de trabalho adequadas nas obras realizadas por causa da Copa, as centrais devem exigir dos poderes públicos a continuidade de fortes investimentos iniciados com a realização do evento, especialmente em mobilidade urbana, para que atendam os interesses dos setores mais necessitados da população trabalhadora, gerando empregos e melhorando a qualidade de vida de todos.

Neste ano, teremos também eleições gerais para presidente e governadores e para senadores e deputados federais e estaduais. As disputas eleitorais acirram os debates em torno de projetos políticos divergentes e até antagônicos, fracionando a preferência da população. As centrais sindicais podem e devem tomar posição, como já o fazem nesses períodos eleitorais, em relação ao projeto de desenvolvimento e de sociedade que melhor atenda os interesses da classe trabalhadora.

Mas as centrais precisam, independentemente do projeto político que vierem a apoiar no processo eleitoral, evitar que essas posições contaminem a campanha

sindical dos trabalhadores, afastando riscos para a unidade e enfraquecimento do movimento reivindicatório. É certo que oportunistas não faltarão para tentar usar os movimentos contra ou a favor deste ou daquele candidato ou mandatário. Barrar a possibilidade de a campanha sindical ser prejudicada por interesses eleitorais talvez seja o maior obstáculo das centrais nesse processo.

A ampliação das estratégias e das ações é urgente. O movimento das centrais não pode ficar limitado a negociar e a cobrar apenas do governo da presidenta Dilma o atendimento de uma série de reivindicações históricas, como o fim do famigerado fator previdenciário que abocanha parcela das aposentadorias, a instituição da jornada de 40 horas semanais, sem redução de salários, mais investimentos públicos em Educação e Saúde, o combate à precarização e à flexibilização do trabalho e ao roubo de direitos (como proposto pelo PL 4330 e PLS 87), mais transporte público e de qualidade, reformas agrária e política, regulamentação do sistema financeiro, direito de greve e de negociações coletivas no serviço público (Convenção 151 da OIT), a regulamentação do trabalho doméstico e a democratização dos meios de comunicação.

Obviamente, uma iniciativa do governo federal, como apresentação de projetos de lei e outras ações, é sempre de grande importância para o encaminhamento e a concretização dessas reivindicações. Contudo, ainda não vemos proposições de ação e pressão com a mesma unidade e organização das centrais sobre outras esferas de poder. Há necessidade de

programar e promover negociações com vigor também no Parlamento e nas lideranças partidárias, de onde partem os projetos contra direitos dos trabalhadores e por onde passarão os projetos de interesse da nossa pauta.

Igualmente há necessidade de enfrentar organizadamente as entidades patronais, como CNI, CNC, CNA e Fenaban, que têm patrocinado os projetos anti-trabalhadores, seus autores e apoiadores no Parlamento, e oferecido todo tipo de resistência aos avanços dos trabalhadores. É preciso fazer o combate mais ferrenho e cobrar, com uma agenda de negociações, também dos empresários e suas entidades nacionais a jornada de 40 horas, a reforma agrária, a reforma do sistema financeiro, com redução de juros e tarifas e com atenção ao interesse social, o fim das metas, assédio moral e do trabalho precário.

Exemplo recente sobre a importância e necessidade de uma agenda nessas esferas é a campanha contra o PL 4330, um projeto de mini-reforma trabalhista e precarização do trabalho, conhecido como o PL da escravidão, de autoria do deputado e empresário Sandro Mabel (PMDB). Sua aprovação só foi impedida, embora ainda não completamente, pela ampla mobilização sindical e pressão sobre o Congresso convocadas e promovidas especialmente pela CUT e também por outras centrais.

Muitas das nossas reivindicações dependem dos poderes Executivo e Legislativo estaduais e municipais e também do Judiciário. Isso torna necessário o estabelecimento de ações do movimento sindical também nesses níveis, com negociações com governos e assembleias estaduais e com

prefeituras e câmaras de vereadores. A pauta da classe trabalhadora só será atendida com a fixação de políticas públicas em áreas como saúde, educação, transporte público nos Estados e Municípios.

O Judiciário também precisa ser pressionado para agilização de ações de interesse dos trabalhadores. Está parada, por exemplo, no STF a ação direta de inconstitucionalidade movida pela CUT e Contag contra decreto do tucano FHC que retirou apoio do Brasil à Convenção 158 da OIT, tratado que estabelece proteção ao trabalhador contra a demissão imotivada.

A CUT, mais do que qualquer outra central, sabe combinar negociação com amplas mobilizações de rua para defender a pauta da classe trabalhadora. Por isso, é a maior central sindical do país e da América Latina e a quinta maior do mundo. Em 2014, certamente teremos muitos atos, manifestações, protestos, paralisações, passeatas em todos os estados do País para barrar perdas de direitos e lutar por mais conquistas.

Em 2014, porém, a CUT tem responsabilidade, exatamente por ser a maior central, de tomar a iniciativa de fortalecer essa mobilização. Um grande passo será propor a retomada do 1º de Maio unitário da classe trabalhadora. É um grande momento para fazer da data um amplo e vigoroso dia nacional de luta em torno da pauta de reivindicações.

***Jacy Afonso de Melo é Secretário de Organização e Política Sindical da CUT**

Fonte: Cut Nacional